DIVULGAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E SEUS ANEXOS

2° TRIMESTRE DE 2021



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense

Diretoria de Administração Orçamentária Financeira

Vitor Bastos Tostes

Coordenação de Contabilidade

Lilia Lourenço Ramos Rocha

Equipe Técnica

Elaine dos Santos Souza Gisele Aquino Gomide Tramont Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato Juliana de Souza Alves Fingolo Dayana da Silva Barreto

Informações

Telefone: (22) 2737-5614

Correio eletrônico: <u>financeiro.reitoria@iff.edu.br</u>; Disponível em: http://portal1.iff.edu.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/copy_of_demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas

Última alteração: 26/07/2021



Sumário

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis	15
2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis	15
3 - Caixa e Equivalente de Caixa	17
4 – Créditos a Curto Prazo	
5 – Estoques	
6 – Provisões	
7 - ATIVO NÃO CIRCULANTE	20
8 – Intangível	
9 – Obrigações, Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	25
10 – Fornecedores e Contas a Pagar à Curto Prazo	25
11 – Demais Obrigações a Curto Prazo	
12 – Resultados Acumulados	
13 – Ajustes de Exercícios Anteriores	
14 – Óbrigações Contratuais	
15 – Resultado Patrimonial	
16 – Resultado Orçamentário	
17 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados	
18 - Execução Orçamentária RPP – Por categoria Econômica e Grupo de Despesa	
19 - Execução de RPNP- Despesas COVID-19	
20 – Resultado Financeiro	
21 – Geração Líguida de Caixa e Eguivalente de Caixa	



Lista de Siglas

Sigla	Descrição
AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BF	Balanço Financeiro
ВО	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CCONT	Coordenação de Contabiladade
DCON	Demonstrações Contábeis
IFF	Instituto Federal de Educação, Ciência, Educação e Tecnologia Fluminense
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentária
LOA	Lei Orçamentária Anual
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MEC	Ministério da Educação
NBC	Normas Brasileira de Contabilidade
NBCASP	Normas Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NE	Notas Explicativas
NL	Nota de Lançamento
NS	Nota de Lançamento do Sistema
PCASP	Plano de Contas Aplicada ao Setor Público
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPP	Restos a Pagar Processados
SIADS	Sistema Integrado de Administração e Serviços do Governo Federal
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUAP	Sistema Unificado de Administração Pública
TED	Termo de Execução Descentralizada
UG	Unidade Gestora
VPA	Variações Patrimoniais Aumentativas
VPD	Variações Patrimoniais Diminutivas



Lista de Tabelas

Tabela 2 - Créditos a Curto Prazo

Tabela 3 - Estoques

Tabela 4 - Imobilizado - Composição

Tabela 5 – Bens Móveis - Composição

Tabela 6 - Bens Imóveis - Composição

Tabela 7 - Bens de Uso Especial - Composição

Tabela 8 - Intangível - Composição

Tabela 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assitenciais a pagar

Tabela 10 - Fornecedores a Pagar - Composição

Tabela 11 – Fornecedores a Pagar por Ug Contratante

Tabela 12 – Fornecedores a Pagar por Fornecedores

Tabela 13 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Tabela 14 – Obrigações Contratuais - Composição

Tabela 15 – Obrigações Contratuais – por UG Contratante

Tabela 16 – Obrigações Contratuais – por Contrato

Tabela 17 - VPA X VPD

Tabela 18 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Diminutivas

Tabela 20 - Receitas Próprias realizadas

Tabela 21 - Comparativo de Despesas Executadas 2020/2021

Tabela 22 - RPNP Inscritos e re-inscritos

Tabela 23 – Execução do RPNP por Categoria Econômica

Tabela 24 - Execução do RPNP por Grupo de Despesa

Tabela 25 – Execução do RPP por Categoria Econômica

Tabela 26 - Execução do RPP por Grupo de Despesa

Tabela 27 - Execução de RPNP- Despesas COVID-19

Tabela 28 - Receitas Orçamentárias

Tabela 29 - Transferências Financeiras por fonte de recursos

Tabela 30 - Despesas Orçamentárias

Tabela 31 - Fluxo de Caixa



APRESENTAÇÃO

O Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF) foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é uma Instituição de educação superior, básica e profissional, vinculada ao Ministério da Educação e detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Atualmente a estrutura institucional do IFF é composta por sete Unidades Gestoras: Campus Centro, Campus Macaé, Campus Itaperuna, Campus Guarus, Campus Bom Jesus de Itabapoana, Campus Cabo Frio e Campus Quissamã, todas são unidades orçamentárias e administrativas investidas do poder de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios e descentralizados.

No presente relatório estão evidenciadas as DCON até 30 de junho de 2021, extraídas de forma consolidadas no SIAFIWEB conforme determinação do MEC e disponibilizadas no site eletrônico do IFF, onde podemos aferir que:

A redução no Ativo Circulante, especificamente em Caixas e Equivalentes de Caixa e nos Adiantamentos de férias e 13º salário, contribuíram para o decréscimo de 1,07% no total do Balanço Patrimonial em relação a dezembro de 2020.

Também houve redução no resultado patrimonial em relação a junho de 2020, de 44,54%, apresentado na DVP em decorrência da redução nas Variações Patrimoniais Aumentativas, especificamente dos Ganhos com Desincorporação de Passivos.

Mesmo assim, o resultado patrimonial foi superavitário (R\$ 35.223.423,54), provocado por rotina contábil, em que se transfere a obrigação dos Precatórios a Pagar para a UG da Justiça Federal efetuar seus respectivos pagamentos.

Quanto ao Balanço Orçamentário apresentou uma arrecadação de 28,01% das receitas próprias previstas, o que dentro de uma expectativa linear de 50% de arrecadação até 30/06/2021, indica uma frustração das receitas, impulsionada pela baixa arrecadação nas Receitas Patrimoniais (0,11%), tendo como fator contributivo a suspensão dos contratos de cessão de imóvel em função da COVID/19. Quanto as despesas fixadas apresentaram uma execução de 67,23%, impulsionada pela execução das Despesas com Pessoal.

A seguir, são apresentadas as DCON, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Boa leitura.



Demais Obrigações a Curto Prazo

Demonstrações Contábeis Consolidadas

Balanço Patrimonial NE 30/06/2021 31/12/2020 **ATIVO Ativo Circulante** 39.436.828,52 49.436.651,79 Caixa e Equivalentes de Caixa 3 27.733.508,16 33.534.916,90 4 Créditos a Curto Prazo 8.727.430,64 13.753.212,54 41.506,80 Créditos Tributários a Receber 41.506,80 Demais Créditos e Valores 8.685.923,84 13.711.705,74 5 **Estoques** 2.975.889,72 2.148.522,35 Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda VPD Pagas Antecipadamente Ativo Não Circulante 465.209.483,43 460.687.735,74 Ativo Realizável a Longo Prazo Créditos a Longo Prazo Invest. e Aplicações Temporárias a Longo Prazo Estoques VPD Pagas Antecipadamente Investimentos **Imobilizado** 7 465.209.483,43 460.592.367,59 Bens Móveis 76.711.356,45 74.839.901,58 Bens Móveis 110852510,3 108.553.447,12 (-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens -34.141.153,85 -33.713.545,54 Móveis (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis Bens Imóveis 388.402.402,14 385.752.466,01 Bens Imóveis 393.893.197,31 391.198.108,60 (-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis -5.490.795,17 -5.445.642,59 (-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis Intangível 8 95.724,84 95.368,15 **Softwares** 95.584,84 95.228,15 Softwares 222.505,15 222.148,46 -126.920,31 (-) Amortização Acumulada de Softwares -126.920,31 (-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares 140,00 140,00 Marcas, Direitos e Patentes Industriais Marcas, Direitos e Patentes Industriais 140,00 140,00 (-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind (-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat Diferido **TOTAL DO ATIVO** 504.646.311,95 510.124.387,53 PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO **Passivo Circulante** 83.425.143,48 124.042.576,28 Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo 25.770.107,05 69.536.685,21 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo 10 4.639.648,16 4.349.965,95 Obrigações Fiscais a Curto Prazo 177,56 Obrigações de Repartição a Outros Entes Provisões a Curto Prazo

11

53.015.388,27

50.155.925,12



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

2º Trimestre de 2021

Descine Não Cinculante			
Passivo Não Circulante		-	-
Obrig. Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo		-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo		-	-
Obrigações Fiscais a Longo Prazo		-	-
Provisões a Longo Prazo		-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo		-	-
Resultado Diferido			-
Total do Passivo		83.425.143,48	124.042.576,28
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social e Capital Social		-	-
Resultados Acumulados	12	421.221.168,47	386.081.811,25
Resultado do Exercício		35.223.423,54	20.923.764,33
Resultado do Exercício Atenriores		386.081.811,25	366.175.470,96
Ajustes de Exercícios Anteriores	13	-84.066,32	-1.017.424,04
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		· -	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		504.646.311,95	510.124.387,53



Demonstração das Variações Patrimoniais

30/06/2021

	NE 30/06/2021	30/06/2020
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	270.045.299,40	297.342.611,68
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	112.821,21	266.507,81
Venda de Mercadorias	96.880,92	102.727,60
Venda de Produtos	250,00	468,90
Exploração de Bens, Serviços e Direitos	15.690,29	163.311,31
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	205,15
Juros e Encargos de Mora		205,15
Transferências e Delegações Recebidas	226.654.761,20	225.746.158,40
Transferências Intragovernamentais	226.558.063,14	225.119.961,51
Outras Transferências e Delegações	96.698,06	626.196,89
Valorização e Ganhos c/ Ativos e	43.030.089,26	71.075.561,41
Ganhos com Incorporação de Ativos	255.210,31	74.075.504.44
Ganhos com Desincorporação de Passivos	42.774.878,95	71.075.561,41
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	247.627,73	254.178,91
Diversas Variações Patrimoniais	247.627,73	254.178,91
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	234.821.875,86	233.823.860,96
Pessoal e Encargos	146.813.378,53	140.683.242,82
Remuneração a Pessoal	118.095.766,35	113.519.481,56
Encargos Patronais	23.301.368,96	21.587.311,66
Benefícios a Pessoal	5.414.782,16	5.559.412,56
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas-Pessoal	1.461,06	17.037,04
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	42.866.332,35	42.235.568,09
Aposentadorias e Reformas	35.106.037,16	34.566.587,47
Pensões	5.885.920,05	5.780.734,76
Outros Benefícios Previdenciários e	1.874.375,14	1.888.245,86
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	18.895.817,04	20.312.340,94
Uso de Material de Consumo	2.186.854,28	1.253.120,51
Serviços	16.236.201,87	18.826.924,10
Depreciação, Amortização e Exaustão	472.760,89	232.296,33
Transferências e Delegações Concedidas	18.824.454,62	23.846.642,36
Transferências Intragovernamentais	18.753.498,58	23.149.539,47
Transferências a Instituições Privadas		70.906,00
Outras Transferências e Delegações	70.956,04	626.196,89
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação	2.646.711,52	3.012.856,09
de Passivos Perdas Involuntárias	647.00	F F70 70
	617,08	5.579,78
Incorporação de Passivos	2.646.094,44	3.007.276,31
Tributárias	5.798,47	4.325,44
Impostos, Taxas e Contribuições de	3.927,00	2.250,85
Contribuições	1.871,47	2.074,59
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	4.769.383,33	3.728.885,22
Incentivos	4.769.383,33	3.728.885,22
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	14 35.223.423,5	63.518.750,72



Balanço Orçamentário Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

30/06/2021 R\$ milhões

					₹\$ miinoes
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	NE	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)		414.710,00	414.710,00	114.282,24	(300.427,76)
Receita Patrimonial		152.994,00	152.994,00	170,00	(152.824,00)
Receita Agropecuária		234.457,00	234.457,00	96.880,92	(137.576,08)
Receita Industrial				250,00	250,00
Receita de Serviços		19.469,002	19.469,00	15.520,29	(3.948,71)
Outras Transferências Correntes		7.790,00	7.790,00	1.461,03	(6.328,97)
Restituições				1.862,08	1.862,08
Receita de Capital (II)		208.966,674,00	208.966.674,00		(208.966.674,00)
TOTAL DAS RECEITAS (III)		209.381.384,00	209.381.384,00	116.144,32	(209.265.239,28)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (IV)		209.381.384,00	209.381.384,00	116.144,32	(209.265.239,28)
Deficit (V)	15			323.670.278,16	323.670.278,16
TOTAL (VI = I+II+III)		-	-	323.786.422,48	114.405.038,48

30/06/2021 R\$ milhões

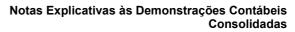
DESPESAS DRÇAMENTÁRIA	NE	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (III)		268.018.140,00	430.367.733,00	323.591.664,72	191.459.348,60	163.237.181,71	106.776.068,28
Pessoal e Encargos Sociais		231.976.697,00	365.490.259,00	294.205.079,47	172.950.963,83	149.012.098,29	71.285.179,53
Outras Despesas Correntes		36.041.443,00	64.877.474,00	29.386.585,25	18.508.384,77	14.225.083,42	35.490.888,75
espesas de apital (IV)		2.917.506,00	2.917.506,00	194.757,76			2.722.748,24
Investimentos		2.917.506,00	2.917.506,00	194.757,76			2.722.748,24
OTAL		250.797.885,00	433.285.239,00	323.786.422,48	191.459.348,60	163.237.181,71	109.498.816,52



Execução de Restos a Pagar Não Processados

30/06/2021 **R\$ milhões**

							R\$ milhõ
		INSC	RITOS				
	NE	E m Ex er cí ci os A nt eri or es (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquid ad os (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f)=(a)+(b)- (c)-(e)
Despesas Correntes	•	1.750.227,70	14.781.620,98	12.278.325,00	11.588.971,07	454.539,48	4.488.338,13
Pessoal e Encargos Sociais		1.354,75	4.230,31	3647,16	3.647,16		1.937,90
Outras Despesas Correntes		1.748.872,95	14.777.390,67	12.274.677,84	¹ 11.585.323,91	454.539,48	4.486.400,23
Despesas de Capital		562.425,47	5.726.914,47	2.424.763,23	1.871.746,61	10.841,06	4.406.752,27
Investimentos		562.425,47	5.726.914,47	2.424.763,23	1.871.746,61	10.841,06	
TOTAL DAS DESPESAS (X = III+IV)	2	2.312.653,17	20.508.535,45	14.703.088,23	13.460.717,68	465.380,54	8.895.090,40





2º Trimestre de 2021

	INSCRITOS							
	NE	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e = a+b-c-d)		
Despesas Correntes		385.327,40	33.820.437,27	33.817.516,71	3.771,13	384.476,83		
Pessoal e Encargos Sociais		-	29.509.696,49	29.509.696,49	-	-		
Outras Despesas Correntes		385.327,40	4.310.740,78	4.307.820,22	3.771,13	384.476,83		
Despesas de Capital		168.081,69	174.409,49	308.188,89	-	34.302,29		
Investimentos		168.081,69	174.409,49	308.188,89	-	34.302,29		
TOTAL DAS DESPESAS (X = III+IV)		553.409,09	33.994.846,76	34.125.705,60	3.771,13	418.779,12		



2º Trimestre de 2021

R\$ milhões

	NE	30/06/2021	30/06/2020
INGRESSOS			
Receita Orçamentária (I)		116.144,32	271.712,96
Ordinárias		-	-
Vinculadas		116.144,32	271.712,96
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-70,00	-
Transferências Financeiras Recebidas (II)		226.558.063,14	225.119.961,51
Resultantes da Execução Orçamentária		196.676.032,51	200.886.560,51
Independentes da Execução Orçamentária		29.882.030,63	24.233.401,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		161.032.533,91	189.737.549,57
Saldo do Exercício Anterior (IV)		33.534.916,90	35.940.172,24
Caixa e Equivalentes de Caixa		33.534.916,90	35.940.172,24
TOTAL (V = I + II + III + IV)		421.241.658,27	451.069.396,28
DISPÊNDIOS			
Despesa Orçamentária (VI)		323.786.422,48	353.757.226,81
Ordinária		259.911.750,04	292.287.573,19
Vinculadas		63.874.672,44	61.469.653,62
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		18.753.498,58	23.149.539,47
Resultantes da Execução Orçamentária		7.420.386,48	13.025.805,61
Independentes da Execução Orçamentária		11.084.459,15	9.873.966,39
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		50.968.229,05	47.621.071,15
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		27.733.508,16	26.541.558,85
Caixa e Equivalentes de Caixa		27.733.508,16	26.541.558,85
TOTAL(X = VI + VIII + VIII + IX)	17	421.241.658,27	451.069.396,28





R\$ milhões

	NE 30/06/2021	30/06/2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	-627.210,6	3 -4.032.706,60
Ingressos	227.153.335,4	7 225.877.623,30
Receitas Tributárias	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	170,0	0 104.196,86
Receita Agropecuária	96.880,9	2 102.727,60
Receita Industrial	250,0	0 468,90
Receita de Serviços	15.520,2	9 59.319,60
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	3.323,1	1 5.000,00
Transferências Recebidas	226.558.063,1	4 225.119.961,51
Ingressos Extra-orçamentários	234.823,3	9 236.769,92
Arrecadação em Outra Unidade	244.304,6	2 249.178,91
Desembolsos	-227.780.546,1	0 -229.910.329,90
Pessoal e Demais Despesas	-186.082.156,4	3 -185.444.242,21
Juros e encargos da dívida	-37.809.292,8	3 -37.306.069,32
Transferências Concedidas	-22.707.668,9	4 -21.073.407,91
Outros Desembolsos Operacionais	-18.990.720,7	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-5.174.198,1	1 -5.365.906,79
Ingressos	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financ. Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	_
Desembolsos	-5.174.198,1	1 -5.365.906,79
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.173.841,4	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	· -	-
Outros Desembolsos de Investimentos	(356,69)	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	-	-
Ingressos	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Outros Ingressos de Financiamentos	-	-
Desembolsos	-	_
Amortização / Refinanciamento da Dívida		_
Outros Desembolsos de Financiamentos	-	_
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (IV = I+II+III)	-5.801.408,7	4 -9.398.613,39
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	33.534.916,9	0 35.940.172,24
Caixa e Equivalente de Caixa Final	27.733.508,1	6 26.541.558,85



Notas Explicativas

1 - Base de Preparação das Demonstrações e das práticas contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da União (DCON) do IFF são elaboradas conforme a Lei n° 4.320/1964, o Decreto-Lei n° 200/1967, do Decreto n° 93.872/1986, da Lei Complementar n° 101/2000 (LRF), as NBCASP (Resoluções do CFC n° 1.134 a 1.137/2008 e n° 1.366/2011) (NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11) e Portaria STN n° 548, de 24 de setembro de 2015.

As demonstrações contábeis encontram-se consolidadas com as informações de todas as Unidades Gestoras do IFF tendo sido elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e baseadas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade do setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC).

A estrutura e a composição das DCON estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras, tendo como base o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Dessa forma, as DCON são compostas por:

- I Balanço Patrimonial (BP);
- II Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III Balanço Orçamentário (BO);
- IV Balanço Financeiro (BF);
- V Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI Notas Explicativas.

2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

Seguem elencados abaixo os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e premissas do modelo de contabilidade aplicada ao setor público.

(a) Moeda funcional

A moeda funcional é o Real.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

(c) Estoques

Compreendem as mercadorias de almoxarifado, avaliadas inicialmente pelo seu valor de aquisição e suas a saída e baixa foram avaliadas pelo Custo Médio Ponderado, conforme as orientações/recomendações da STN referentes aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, constantes na Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015

Considerando-se a possibilidade de redução de valores do estoque, mediante as contas para ajustes para perdas ou para redução ao valor de mercado, quando o valor registrado estiver superior ao valor de mercado.

(d) Imobilizado

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas





O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Contudo, tais práticas contábeis não estão totalmente implementadas, especialmente o registro de depreciação compatível com a vida útil do bem e a redução do valor recuperável e a reavaliação dos bens móveis.

(e) Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). No entanto, tais práticas contábeis ainda não estão profundamente adotadas, especialmente o registro de amortização e redução ao valor recuperável do intangível.

(f) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados:

- I. aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- II. houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- III. comprovação da ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores são atualizados sistemicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação, considerando os parâmetros e características específicas dos imóveis e preços unitários regionais, atualizados periodicamente.

(g) Redução ao valor recuperável

A entidade avalia se há qualquer indicação de que um ativo possa ter o seu valor reduzido ao valor recuperável, sem possibilidade de reversão desta perda em um futuro próximo. Caso haja indício, deverá estimar o valor da perda por meio de testes de recuperabilidade. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável, bem como a mensuração do valor seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas de forma mais detalhada no Manual SIAFIWeb: Macrofunção 020330, disponível no sítio da STN/MF (www. tesouro.gov.br).

No momento da adoção, por se tratar de uma mudança no critério contábil, a perda por irrecuperabilidade foi reconhecida como ajustes de exercícios anteriores, efetuando lançamentos cuja contrapartida foi diretamente no patrimônio líquido. Após a adoção inicial, a perda por irrecuperabilidade do ativo é reconhecida no resultado patrimonial, podendo ter como contrapartida diretamente o bem ou uma conta retificadora. Depois do reconhecimento de uma perda por irrecuperabilidade, a variação patrimonial diminutiva de depreciação, amortização ou exaustão do ativo é ajustada para alocar o valor contábil revisado do ativo, menos seu valor residual.

(h) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

O valor depreciado dos bens imóveis da União, das autarquias e das fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle, e a depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.





(i) Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações da União são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão:

- I. obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. empréstimos e financiamentos;
- III. fornecedores e contas a pagar;
- IV. obrigações fiscais;
- V. obrigações de repartições a outros entes;
- VI. provisões;
- VII demais obrigações.

(j) Resultado orçamentário

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/64. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

(I) Resultado financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

3 - Caixa e Equivalente de Caixa

Em 30/06/2021 apresentou uma redução de 17,30% e representa 7,81% do total dos ativos quando comparado ao saldo de 31 de dezembro de 2020. Esta redução foi impulsionada pelo decréscimo dos recursos financeiros transferidos para pagamento de pessoal (vinculação 310) referente a junho de 2020.

Esta redução tem como causa os adiantamentos da primeira parcela do 13º salário do exercício seguinte e de solicitações do adiantamento de 1/3 de férias dos servidores, em dezembro de 2020, o que torna o volume de financeiro destinado ao pagamento de pessoal maior em dezembro quando comparado as outras competências do exercício seguinte.

A conta contábil Caixa e Equivalentes de Caixa apresenta um saldo discriminado em sua totalidade na conta contábil sintética - Recursos Liberados pelo Tesouro (1.1.1.1.2.20.00). Os recursos liberados pelo tesouro evidenciam valores disponíveis para saque, divididos por fontes de recurso e vinculação de pagamento que corresponde à soma de duas contas contábeis analíticas: 1.1.1.1.2.20.01 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PGTO – OFSS, são os valores disponíveis para uso e 1.1.1.1.2.20.03 - LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO, são valores que representam o total das ordens de pagamentos (OPs) emitidas, valores já comprometidos, pois aguardam apenas a autorização do ordenador de despesa para o efetivo credito na conta do favorecido e pagamento da despesa.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

2º Trimestre de 2021

	VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO	111122001	111122003	TOTAL
			100.104,44	
308	CONTRIBUICAO PREVIDENCIA FECHADA		70.474.00	100.104,44
514	FOLHA - CUSTEIO DISCRICIONARIO -RESUL.PRIM=2		79.471,22	79.471,22
987	DEVOLUÇÃO DE DESPESA	206,48		206,48
410	CUST/INV-EMENDAS IMPOSITIVAS DE BANCADA RP7	14.086,11		14.086,11
400	CUSTEIO/INVESTIMENTO - RESUL.PRIM = 2	1.243.300,11	822.759,13	2.066.059,24
510	DEVOLUCAO DE DESPESA	698,28	1.225.229,21	1.225.927,49
405	CUSTEIO/INVESTEMENDAS INDIVIDUAIS - RP6	1.760,55	28.840,00	
499	PAG.DE DESPESA OBRIGATORIA- RESUL.PRIM=1	3.665,16	4.328,95	7.994,11
310	PAGAMENTO PESSOAL	1.113,07	23.838.761,10	23.839.874,17
990	PASSIVOS FINANCEIROS	19.500,00	1.112,14	20.662,14
413	TELECOMUNICACOES	6.397,41		6.397,41
409	EMENDAS RESULTADO EOF - 9	342.174,80		342.174,80
	TOTAL	1.632.901,97	26.100.606,19	27.733.508,16

Siafi2021

Observa-se na tabela acima que o recurso destinado ao Pagamento de Pessoal, competência Junho/2021, representa 85,96% do total de Recursos Liberados pelo Tesouro, com R\$ R\$ 23.838.761,10. Cabe destacar que mesmo disponível na conta caixa, são valores já comprometidos (Ordem Pagamentos já emitidas), aguardando apenas a geração de OBs (Ordem bancárias) no primeiro dia útil do mês subsequente, quando o valor será baixado da conta CAIXA -111122000- RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO.

Vale lembrar que o decréscimo apresentado neste grupo contribuiu para redução no total do Balanço Patrimonial (1,07%) em junho de 2021.

4 - Créditos a Curto Prazo

Este grupo representa 5,50% do total de ativo e apresentou uma redução significativa de 17,30% em relação a 31 de dezembro de 2020, sendo composto pelos Créditos tributários a Receber e Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Os créditos tributários a receber no Órgão 26434 originam-se da transposição de saldo da antiga UG 153008 para UG – 158274, decorrente da transferência de depósitos compulsórios para realização a curto prazo, conforme Mensagem CCONT/STN 902584 de 28/01/1993 (93NL000126-153008). Estes créditos referem-se a direitos adquiridos pela tributação de empréstimos compulsórios, instituído pelo Governo Federal por meio do Decreto-Lei nº 2.288/1986, cujo fato gerador era o consumo de combustíveis e aquisição de veículos. Dessa forma, como seu saldo encontra-se sem nenhuma alteração desde 2009, este Instituto enviou a Mensagem 2019/1280887 para UG 150003 - Setorial Contábil do MEC - e aguarda resposta quanto a sua permanência ou devida regularização.

Quanto aos Demais Créditos e Valores a Curto Prazo compreendem os direitos a receber pelo adiantamento de valores a título de 13° salário, adiantamento de férias, suprimento de fundos, crédito a receber por cessão de pessoal e adiantamento de Termo de Execução Descentralizada.

Os adiantamentos de 13° salário e 1/3 de férias tratam-se de benefícios direcionados aos servidores públicos federais. Estas contas apresentam uma especificidade no registro contábil (Macrofuncao do Siafi 021142 – Folha de Pagamento), pois sempre apresentam maiores saldos no final do quarto trimestre, em relação aos outros trimestres do exercício seguinte em virtude de:

- Haver grande demanda nas solicitações do adiantamento de 1/3 de férias no pagamento de dezembro. E
 durante os meses do exercício seguinte, a medida que os servidores alcançam o período aquisitivo
 (direito de receber) das férias adiantadas, o saldo dessa conta contábil reduz.
- Quando os servidores solicitam durante dezembro até maio do ano seguinte o adiantamento da primeira parcela do 13º salário e efetuado o registro (devedor) na conta contábil " 13º salário - Adiantamento". . Por isso, que no mês de junho quando torna-se um direito adquirido pelos servidores a percepção da primeira parcela do 13º salário, o saldo desta conta contábil é zerado.

Vale destacar que a redução nas contas de adiantamentos de 13° salário e 1/3 de férias (47,36%) em relação a dezembro de 2020, também contribuíram para redução do balanço Patrimonial apresentada no segundo trimestre de 2021.



Tabela 2 - Créditos a Curto Prazo

Mês Lançamento		014/2020 Saldo - R\$
Conta Contábil	Saldo - R\$	(Conta Contábil)
113110102 ADIANTAMENTO DE FERIAS	6.751.672,00	8.487.526,98
113110101 13 SALARIO - ADIANTAMENTO	0,00	2.967.351,54
113823800 ADIANTAMENTO - TERMO EXI	ECUCAO DESCENTRALIZADA 1.795.464,28	1.795.464,28
113110105 SALARIOS E ORDENADOS - PA	AGAMENTO ANTECIPADO 19.003,10	356.187,85
113851200 CREDITOS A REC POR CESSA	O DE PESSOAL - MUNIC 103.655,16	94.845,79
112110100 CRED TRIB NAO PREVIDENCIA	ARIOS - NAO PARCELADO 41.506,80	41.506,80
113811200 CRED A RECEBER POR CESSA	AO DE PESSOAL 10.329,30	10.329,30
113110200 ADIANTAMENTO CONCEDIDO	5.600,00	0,00
113810601 VALORES A REC POR DEVOLU	JCAO DESP. ESTORNADAS 200,00	0,00
Total	8.727.430,64	13.753.212,54

Tesouro Gerencial 2021

5 - Estoques

A conta Estoques em Almoxarifado evidenciou em 30/06/2021 o valor de R\$ 2.975.889,72 que representou 0,59% do total de ativo e apresentou aumento de 38,51% em relação a 31 de dezembro de 2020. A variação positiva foi promovida pela aquisição de materiais para manutenção de bens móveis e instalação, materiais de proteção e segurança, material para limpeza, alimentos para animais e material para plantio de mudas.

Outra variação positiva foi em virtude do reconhecimento, mensuração e registro contábil de animais para pesquisa no Campus Bom Jesus, ocorrido abril de 2021 (2021NL0001), conforme processo NR 23323.000491.2021-84, Estes animais (números 152, 155, 158, 160, 161, 163 a 171, 175, 178 e 185 foram equivocadamente registrados como semoventes, porém quando foi detectado que tratavam-se de animais para pesquisa (abril2021) foram registrados como "Estoque de Produto para Pesquisa" (2021NL000001).

Tabela 3 - Estoques

Mês Lançamento Conta Corrente	JUN/2021 Saldo - R\$ (Conta Contábil)	014/2020 Saldo - R\$ (Conta Contábil) FERIAIS DE CONSUMO	
1.1.5.6.1.01.00 02	400,00		
03	400,00	,	
04	10.575,54	1	8.293,52
06	171.547,60		3.714,00
07	53.748,68	3	112.824,96
09	1.785,00)	
11	17.416,69	9	12.280,53
14	39.392,21		39.456,74
16	626.509,92	2	716.196,23
17	84.676,20)	54.139,89
18	23.937,96	5	31.742,22
19	18.769,12	2	28.317,80
21	111.407,58	3	145.366,15
22	157.230,18	3	44.978,89
23	12.111,67	7	14.031,67
24	484.730,64	Į.	155.458,96
25	83.296,22	2	82.061,05
26	218.790,75	5	198.865,78
28	127.199,99)	7.337,30
29	14.150,38	3	21.994,70